

Introdução

Portugal foi membro fundador da OECE em 1948 e da EFTA em 1960, negociou um acordo comercial com a CEE em 1972 e tentou obter o estatuto de membro associado desta organização em 1962 e 1970. Apesar da dupla desvantagem da ditadura e do colonialismo, Portugal conseguiu seguir uma política europeia relativamente bem sucedida até à queda do regime em 1974. Até à data, a investigação realizada tem sublinhado que a política europeia de Portugal no pós-guerra, a partir do Plano Marshall, foi dominada pelo medo do isolamento, que esteve na origem da sua determinação em participar nos acontecimentos na Europa. O medo do isolamento foi decerto um dos argumentos diplomáticos — e também económicos — que Portugal usou para justificar uma política europeia activa até 1974.

No entanto, o factor decisivo que determinou o desejo de desempenhar um papel activo na integração europeia foi a necessidade de garantir o desenvolvimento económico e, assim, a estabilidade social e a sobrevivência da ditadura do Estado Novo. Este trabalho argumenta, igualmente, que não foram verdadeiramente apresentadas quaisquer alternativas válidas ao estabelecimento de laços efectivos com a Europa durante o período do pós-guerra e que a opção colonial não era uma opção política rival, mas sim subordinada. Assim, sustentamos que, para alcançar os seus objectivos de política interna, a política comercial externa de Portugal no pós-guerra foi quase exclusivamente uma reacção à política ditada pela OECE e pelos progressos que se deram entre os seus membros. Em particular, esta análise conclui que a política de integração europeia adoptada por Portugal no pós-guerra era semelhante à de outros membros da OECE que, sob influência

britânica, rejeitaram inicialmente os objectivos políticos da CEE, mas que, por razões económicas — e, no caso de Portugal a partir de 1974, também por razões políticas —, acabaram por se tornar membros daquela organização.

Este estudo examina aprofundadamente o período entre 1956 e 1974 por ter sido um período crucial da integração europeia, durante o qual se deram a criação da CEE, as negociações da ZCL, a adesão à EFTA e as tentativas fracassadas de 1961-1963 e de 1970-1972 de obter o estatuto de membro associado da CEE.

O capítulo 1 descreve brevemente o regime, analisa o pensamento económico do ditador e descreve o quadro institucional e as suas deficiências. Em seguida, concentra-se na reacção ao Plano Marshall e na posterior adesão à OECE. Examina o êxito do governo português nas negociações europeias, que se ficou a dever à flexibilidade de Salazar e de Corrêa d'Oliveira. Sublinha que o processo de decisão do governo português estava nas mãos de um reduzido número de funcionários do governo e da administração pública, cujas notas biográficas se apresentam no final deste livro.

O capítulo 2 examina as questões mais importantes para Portugal discutidas no âmbito das negociações da zona de comércio livre da OECE e realizadas em 1956-1958. A importância destas negociações reside no facto de que Portugal viria a basear toda a sua estratégia europeia até 1974 nas lições que aprendeu neste biénio. Começa por enquadrar o processo no seu contexto, passando depois a descrever as negociações que tiveram lugar entre Outubro de 1956 e Janeiro de 1957. Em seguida, procura avaliar em que medida a política de Portugal em relação à ZCL divergiu da de outros países em desenvolvimento durante as negociações realizadas de Fevereiro a Outubro de 1957. Estuda as negociações do comité Maudling, que culminaram na aprovação por um grupo de peritos da OECE de um regime específico para o país no âmbito da ZCL, e compara a política ineficaz de outros países em desenvolvimento com a de Portugal. Este capítulo também se debruça sobre as consequências da ZCL para as colónias portuguesas, analisando, na conclusão, se os restantes membros da OECE teriam aprovado o pedido de um regime específico apresentado por Portugal e examinando as vantagens políticas e económicas da adesão à ZCL.

No capítulo 3, sobre Portugal, a EFTA e a CEE, explica por que razão o nosso país foi membro fundador da EFTA, em 1960, e ambicionava tornar-se membro associado da CEE durante as negociações para o

alargamento da Comunidade em 1961-1963 e 1970-1972. Descreve como é que Portugal, com uma economia em desenvolvimento, se tornou membro da EFTA, bem como as razões internas subjacentes ao objectivo de obter o estatuto de membro associado da CEE (isto é, garantir o desenvolvimento económico e, assim, a estabilidade social e a sobrevivência do regime). Examinam-se as probabilidades de aceitação do pedido português pela Comissão, pelos seis e por outros membros da EFTA, e conclui-se que a concessão daquele estatuto era muito improvável devido à política colonial e, em menor medida, ao carácter autoritário do regime. Além disso, não se tratava, provavelmente, da melhor opção política, na medida em que interferia com relações económicas privilegiadas do império.

O capítulo 4, dedicado à economia portuguesa e à integração europeia, concentra-se no debate nacional sobre a CEE e a ZCL/EFTA. Mostra que, de acordo com uma análise do período, a economia portuguesa dependia do comércio europeu e que não havia nenhuma alternativa credível ao mesmo. Examinam-se a seguir, pormenorizadamente, as seguintes opções políticas: a inexistência de uma política de desenvolvimento autónoma ou bilateral, a opção política que privilegiava a ZCL e conduziu à adesão à EFTA e a inevitabilidade de um acordo com a CEE. Conclui-se que, ao longo do período, ninguém sustentou seriamente uma alternativa realista à ZCL/EFTA e, mais tarde, às negociações com a CEE.

O capítulo 5, sobre as colónias portuguesas e a integração europeia, começa com uma descrição do império português e uma comparação com outros impérios europeus em África, designadamente em termos de políticas, comércio e finanças. Em seguida, argumenta que havia um desfasamento económico entre Portugal e o seu império e, depois de se analisarem as consequências da ZCL, da EFTA e da CEE para as colónias, explica-se que o governo português as procurou excluir das negociações a fim de proteger a sua posição negocial na Europa e manter os privilégios políticos e económicos no império. Apresenta-se uma análise do debate interno sobre a questão de saber se uma política activa em relação à Europa iria competir com a política colonial e conclui-se que se tratava de uma falsa dicotomia, uma vez que o estabelecimento de laços com a Europa era uma condição necessária da manutenção do império, e não uma ameaça ao mesmo.

O capítulo 6 conclui a análise do processo de integração europeia de Portugal desde o Tratado de Roma até à adesão, em 1986. Este capítulo argumenta que o principal objectivo do Estado

Novo e da sua política de integração activa na Europa era a necessidade de garantir a estabilidade interna através de um aumento do nível de vida, de modo a assegurar a existência continuada do regime. Esta investigação argumenta que não foram apresentadas quaisquer alternativas válidas ao estabelecimento de laços efectivos com a Europa durante o período do pós-guerra e que a opção colonial não era uma opção política rival, mas sim subordinada. Por último, examina-se a opção política da adesão à CEE pelo Portugal democrático. A conclusão a que se chega é que os problemas que o país enfrentou no período do pós-guerra são semelhantes aos que enfrenta hoje e que as opções políticas europeias do Estado Novo eram, de um modo geral, comparáveis às do actual regime democrático.